



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS  
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA**

**ANEXO I**

**PROJETO BÁSICO**

**1. OBJETO**

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia visando à elaboração de projetos básico e executivo complementar da obra do Centro de Eventos da Universidade Federal de Lavras - UFLA, compreendendo projetos, especificações técnicas, memoriais descritivos, planilha de quantitativo, orçamento, composição de preços unitários e cronograma físico-financeiro, conforme especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos.

**2. MOTIVAÇÃO**

2.1 Desde a década de 1990, a UFLA tem se inserido nas diversas áreas das Ciências, criando cursos nas áreas de Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, com benefícios diretos à sociedade. A partir de 2003, com o oferecimento do primeiro curso de licenciatura, assumiu definitivamente o importante papel social na formação de professores para a educação básica, necessidade premente da sociedade brasileira. A partir de 2006 foram criados os cursos de graduação na modalidade à distância e em 2007, os primeiros cursos noturnos. Com a expansão da UFLA por meio do REUNI foram criados novos cursos e também aumento de vagas nos cursos já existentes, este último implementado a partir do primeiro semestre de 2009. A UFLA não só foi capaz de atender a todas as propostas de expansão do REUNI, mas também de expandir muito além do pactuado com o MEC, demonstrando o compromisso desta instituição em estar inserida no processo de desenvolvimento do País, participando ativamente de boa parcela da formação universitária dos jovens brasileiros. Com o constante crescimento deste *campus*, alguns projetos se tornam indispensáveis para que possamos atender o maior número de pessoas. Projetos estes, que serão executados ao decorrer dos próximos anos, sendo de fundamental importância, pois sem novas obras, ficaremos impossibilitados de aumentarmos o número de alunos. De acordo com a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1.996 em seu artigo 4º, inciso IX, do título III – Do direito à Educação e do Dever de Educar, referente aos padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, vem ao encontro com o título VII - dos recursos financeiros, em seu artigo 70º, inciso II desta mesma lei, considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições

educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino. Existem diversas demandas que precisam ser supridas para que os alunos deste *campus* tenham condições necessárias para o pleno desenvolvimento educacional, para o exercício da cidadania e de sua qualificação para o trabalho. Neste contexto, a obra do Centro de Eventos, que está em andamento, carece do projeto complementar de audiovisual e sonorização, incluindo tradução simultânea, uma vez que isto se tornou uma demanda importante dada a estrutura e funcionalidade do empreendimento em questão. *Cabe ressaltar que o objeto desta contratação, especificamente, foi alvo de licitação constante da Toma de Preços nº. 4/2015. No entanto, não houve interessados para o item em questão, o que o tornou deserto. Mas é necessário ressaltar que este é um objeto importante para que o empreendimento seja adequadamente equipado para que este cumpra com a sua finalidade.* É importante destacar que a Universidade não dispõe de profissional habilitado e capacitado para elaborar o projeto em comento, uma vez que trata de disciplina da engenharia que os servidores da UFLA não dominam. É nítida a necessidade de que o projeto seja elaborado por profissional que domine a disciplina, sob pena de torná-lo inútil e/ou nocivo para a Administração e a comunidade acadêmica.

### **3. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

#### **3.1 Empreitada por Preço Global, por item**

3.1.1 A justificativa para adoção do presente regime está baseada no atendimento da jurisprudência do TCU, prolatada no Acórdão TCU nº. 1977-28/13-P, bem como na vantagem e conveniência para a Administração Pública na adoção deste, já que este apresenta simplicidade nas medições; representa menor custo para a Administração; o valor final do contrato é, em princípio, fixo; dificulta o jogo de planilha; e incentiva o cumprimento de prazo.

### **4. DEMANDA DO ÓRGÃO**

4.1 Todos os serviços deverão ser prestados em conformidade com os Anexos da Portaria nº 2.296, de 23 de julho de 1997, que agrupam disposições sobre as atividades de manutenção, com vistas à preservação do desempenho, prolongamento da vida útil, redução do desperdício e dos investimentos na recuperação dos edifícios públicos, quais sejam:

- 4.1.1 Manual de Obras Públicas – Edificações, Módulo PROJETO;
- 4.1.2 Manual de Obras Públicas – Edificações, Módulo CONSTRUÇÃO;
- 4.1.3 Manual de Obras Públicas – Edificações, Módulo MANUTENÇÃO.

4.2 Os respectivos Anexos estão disponíveis para consulta pública no sítio COMPRASNET e podem ser acessados no endereço: [http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/portarias/p2296\\_97.htm](http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/portarias/p2296_97.htm).

4.3 Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, sob o comando e supervisão de um profissional qualificado (engenheiro ou arquiteto),

devidamente registrado no CREA e/ou CAU, conforme for o caso, com acervo técnico compatível com os serviços, e deverão obedecer rigorosamente às instruções contidas no Edital e seus Anexos, bem como as contidas nas disposições cabíveis da Lei Federal nº 8.666/93, das normas e métodos específicos da ABNT e de Segurança do Trabalho.

4.4 Todos os projetos a serem realizados deverão, sempre que possível, considerar os aspectos de sustentabilidade, eficiência energética, selo verde, e outros relativos à preservação do meio ambiente urbano e às boas condições de trabalho, temas que têm ganhado, cada vez mais, a atenção dos gestores públicos, em atenção às disposições da Agenda 21 Brasileira, Instrução Normativa MPOG Nº 01/2010, Instrução Normativa MPOG/SLTI Nº 02/2014, Portaria INMETRO Nº 372/2010 e Portaria INMETRO Nº 50/2013.

4.5 Os projetos deverão abranger os tópicos detalhados no Anexo III do Edital, assim julgados mínimos necessários.

## **5. DOS PRAZOS**

5.1 O prazo de execução será de até 119 (cento e dezenove) dias, em consonância ao Cronograma de Execução disponível no Anexo IV do Edital.

5.2 O prazo para início da execução dos serviços será contado a partir da data da assinatura do contrato.

5.3 Prazo de Vigência e Eficácia

5.3.1 O prazo de vigência e eficácia será de 150 (cento e cinquenta) dias.

5.3.2 O(s) contrato(s) terá(ão) a vigência contada da data limite para início da execução dos serviços, com eficácia após a publicação de seu extrato no *Diário Oficial da União*, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

5.3.3 O cronograma executivo deve ser elaborado de forma que sirva de balizador, em fase posterior, para acompanhamento pela Comissão de Fiscalização da execução dos serviços.

## **6. PRÁTICAS PERTINENTES À EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

### **6.1 Diretrizes de Projeto**

Todos os estudos e projetos deverão ser desenvolvidos de forma harmônica e consistente, observando a não interferência entre os elementos dos diversos sistemas da edificação, e atendendo às seguintes diretrizes gerais de projeto:

a) Apreender as aspirações da UFLA em relação ao empreendimento, o plano de desenvolvimento em que se insere, os incentivos e as restrições a ele pertinentes;

- b) Considerar a área de influência do empreendimento, relacionada com a população e a região a serem beneficiadas;
- c) Utilizar materiais e métodos construtivos adequados aos objetivos do empreendimento e às condições do local de implantação;
- d) Adotar solução construtiva racional, elegendo, sempre que possível, sistemas de modulação e padronização compatíveis com as características do empreendimento;
- e) Adotar soluções que ofereçam facilidades de operação e manutenção dos diversos componentes e sistemas da edificação;
- f) Adotar soluções técnicas que considerem as disponibilidades econômicas e financeiras para a implantação do empreendimento.
- g) Adotar sempre que possível fonte de energia natural em especial a solar.

## **6.2 Etapas de Projeto**

Os projetos para construção, complementação, reforma ou ampliação de uma edificação ou conjunto de edificações serão elaborados em duas etapas sucessivas: Projeto Básico e Projeto Executivo. O desenvolvimento consecutivo destas etapas terá como ponto de partida o Programa de Necessidades elaborado em conjunto com a UFLA, que definirá as características de todos os espaços necessários à realização das atividades previstas para o empreendimento. Se não estiver definido previamente pela UFLA, os autores do projeto deverão levantar os dados e elaborar o Programa de Necessidades, que terá a participação e aprovação formal da UFLA.

### **6.2.1 Projeto Básico**

O Projeto Básico será constituído por um relatório técnico, contendo o Memorial Descritivo dos sistemas e componentes e o memorial de cálculo onde serão apresentados os critérios, parâmetros, gráficos, fórmulas, ábacos e “softwares” utilizados na análise e dimensionamento dos sistemas e componentes.

O Projeto Básico conterá ainda os elementos descritos na Lei de Licitações e Contratos, com especial atenção para o fornecimento dos projetos, orçamentos, composições de preços unitários, planilhas de quantitativos, especificações técnicas e cronograma físico-financeiro.

O Projeto Básico deverá observar todas as disposições das Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais, estabelecidas pelo Decreto nº 92.100, de 10/12/85, atualizadas através da Portaria MARE no 2.296, de 23/07/97, doravante denominada simplesmente Práticas SEAP. Também deverá observar todas as disposições contidas na Instrução Normativa MPOG/SLTI nº. 2, de 4 de junho de 2014, no que se refere à descrição de equipamentos consumidores de energia elétrica.

### **6.2.2 Projeto Executivo**

O Projeto Executivo deverá apresentar todos os elementos necessários à realização do empreendimento, detalhando todas as interfaces dos sistemas e seus componentes. Além dos desenhos que representem todos os detalhes construtivos elaborados com base no Projeto Básico aprovado. O Projeto Executivo será constituído por um relatório técnico, contendo a revisão e complementação do memorial descritivo, dos projetos e do memorial de cálculo apresentados naquela etapa de desenvolvimento do projeto. O Projeto Executivo conterá ainda a revisão do orçamento detalhado da

execução dos serviços e obras, elaborado na etapa anterior, fundamentada no detalhamento e nos eventuais ajustes realizados no Projeto Básico.

O Projeto Executivo deve observar todas as disposições das Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais, estabelecidas pelo Decreto nº 92.100, de 10/12/85, atualizadas através da Portaria MARE no 2.296, de 23/07/97, doravante denominada simplesmente Práticas SEAP. Também deverá observar todas as disposições contidas na Instrução Normativa MPOG/SLTI nº. 2, de 4 de junho de 2014, no que se refere à descrição de equipamentos consumidores de energia elétrica.

### **6.3 Coordenação e Responsabilidade**

6.3.1 Cumprirá ao licitante vencedor, nos termos da legislação vigente, o desenvolvimento do Projeto específico correspondente a cada item. O Projeto completo, constituído por todos os projetos específicos devidamente compatibilizados entre si, será coordenado pelos profissionais da Prefeitura Universitária, de modo a promover ou facilitar as consultas e informações entre os autores do Projeto e solucionar as interferências entre os elementos dos diversos sistemas da edificação.

6.3.2 A responsabilidade pela elaboração dos projetos será de profissionais ou empresas legalmente habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

6.3.3 O autor ou autores deverão assinar todas as peças que compõem os projetos específicos, indicando os números de inscrição e das ART's ou RRT's registradas nos órgãos de regulamentação profissional.

6.3.4 Ainda que o encaminhamento para aprovação formal nos diversos órgãos de fiscalização e controle, como Prefeitura Municipal, Corpo de Bombeiros e entidades de proteção Sanitária e do Meio Ambiente, não seja realizado diretamente pelo autor do Projeto, será de sua responsabilidade a introdução das modificações necessárias à sua aprovação. A aprovação do Projeto não eximirá os autores do Projeto das responsabilidades estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinentes às atividades profissionais.

### **6.4 Desenvolvimento do Projeto**

6.4.1 Todos os projetos deverão ser desenvolvidos em conformidade com as Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais e Atos Convocatórios da Licitação, prevalecendo, no caso de eventuais divergências, as disposições estabelecidas pela UFLA.

6.4.2 Os trabalhos deverão ser rigorosamente realizados em obediência às etapas de projeto estabelecidas nas Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais, de modo a evoluírem gradual e continuamente em direção aos objetivos estabelecidos pela UFLA e reduzirem-se os riscos de perdas e refazimentos dos serviços.

### **6.5 Apresentação de Desenhos e Documentos**

6.5.1 Todos os projetos deverão ser desenvolvidos em conformidade com as Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais e Atos Convocatórios da Licitação, prevalecendo, no caso de eventuais divergências, as disposições estabelecidas pela UFLA.

6.5.2 Os desenhos e documentos conterão na parte inferior ou superior, no mínimo, as seguintes informações:

- Identificação da UFLA e do Órgão Setorial que assumirá a edificação;
- Identificação do licitante vencedor e do autor do projeto: nome, registro profissional e assinatura;
- Identificação da edificação: nome e localização geográfica;
- Identificação do projeto: etapa de projeto, especialidade/área técnica, codificação;
- Identificação do documento: título, data da emissão e número de revisão;
- Demais dados pertinentes, a critério da UFLA.

6.5.3 O licitante vencedor deverá emitir os desenhos e documentos de projeto em obediência a eventuais padrões previamente definidos pela UFLA.

6.5.4 A elaboração dos desenhos e documentos de projeto deverá obedecer às disposições definidas no Caderno de Encargos.

## **7. NORMAS E PRÁTICAS**

### **7.1 Legislação, Normas e Regulamentos**

O licitante vencedor será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato.

Durante a elaboração dos projetos, o licitante vencedor deverá:

a) Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU as Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's e/ou Registros de Responsabilidade Técnica – RRT's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das Leis n.º 6.496/77 e n.º 12.378/10;

b) Submeter os projetos à aprovação dos órgãos competentes, quando for o caso, como Corpo de Bombeiro, Prefeitura Municipal, Ibama, dentre outros que se fizerem necessários, conforme entendimentos do Tribunal de Contas da União (TC-015.236/2011 - Plenário, Acórdão 1.617/2009 – Plenário).

c) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato;

d) Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o Recebimento Definitivo dos serviços.

e) A elaboração de projetos de serviços e obras de construção, complementação, reforma ou ampliação de uma edificação ou conjunto de edificações, deverá atender também às seguintes Normas e Práticas Complementares:

e.1. Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais;

e.2. Normas da ABNT e do INMETRO;

e.3. Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;

e.4. Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA/CONFEA e CAU/BR.

## **8. OBRIGAÇÕES DA UFLA**

### **8.1 Caberá à Universidade Federal de Lavras:**

8.1.1 Permitir o livre acesso dos empregados do licitante vencedor aos locais dos serviços.

8.1.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável Técnico do licitante vencedor.

8.1.3 Solicitar, sempre por escrito, a prestação dos serviços colocando à disposição do licitante vencedor todos os elementos técnicos, necessários à sua perfeita identificação e execução.

8.1.4 Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação do licitante vencedor.

8.1.5 Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pela UFLA ou com o estabelecido no Edital e nos seus Anexos.

8.1.6 Relacionar-se com o licitante vencedor exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada.

8.1.7 Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, por intermédio da Comissão de Fiscalização instituída para esse fim, na forma da Lei nº 8.666/93 e alterações pertinentes.

8.1.8 Manter supervisão para que durante a execução dos serviços seja mantida, pelo licitante vencedor, a compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e os prazos estabelecidos, bem como todas as condições de habilitação e qualificações exigidas.

8.1.9 Comunicar ao licitante vencedor toda e qualquer ocorrência considerada irregular relacionada com a execução dos serviços.

8.1.10 Notificar, por escrito, o licitante vencedor sobre as irregularidades ou imperfeições ocorridas na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

8.1.11 Previamente à emissão da Nota de Empenho e a cada pagamento ao licitante vencedor, realizar consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

8.1.12 Efetuar os pagamentos ao licitante vencedor de acordo com os valores e prazos estabelecidos no contrato ou instrumento que o substitui.

8.1.13 Exigir o cumprimento de todos os itens do Edital e seus Anexos.

8.1.14 Solicitar que seja refeito o serviço recusado, em conformidade com o disposto no Edital e nos seus Anexos.

8.1.15 Acompanhar o cumprimento do cronograma de execução dos serviços.

## **9. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO LICITANTE VENCEDOR**

### **9.1 Caberá ao licitante vencedor:**

9.1.1 Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratual, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale-refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

9.1.2 Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da UFLA.

9.1.3 Responder civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa no cumprimento do Contrato, venha direta ou indiretamente provocar ou causar, por si ou por seus empregados, à Administração ou a terceiros.

9.1.4 Responder, também, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da UFLA, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução dos serviços.

9.1.5 Arcar com despesa decorrente de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do objeto contratado.

9.1.6 Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar o andamento conveniente dos trabalhos.

9.1.7 Manter, durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e seus Anexos.

9.1.8 Prestar os serviços de elaboração de projetos executivos de arquitetura e complementares, mantendo uma equipe técnica disponível diariamente na elaboração dos trabalhos, composta por profissionais devidamente qualificados, mantendo em seu quadro permanente um número suficiente de profissionais, responsáveis pelos serviços, para atender ao cronograma e às solicitações da fiscalização.

9.1.9 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, objeto deste processo licitatório, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o futuro Contrato, no prazo determinado.

9.1.10 Ser responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais aplicáveis direta e indiretamente ao objeto do Edital e seus Anexos.

9.1.11 Garantir que dispõe de pessoal capacitado e especializado necessário para promover a execução dos serviços, no regime contratado, sem interrupção seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos obedecidos às disposições da legislação trabalhista vigente.

9.1.12 Apresentar à UFLA a relação nominal dos profissionais em atividade na execução dos serviços e comunicando qualquer alteração à fiscalização.

9.1.13 Providenciar a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, de acordo com a legislação



vigente, relativos a todos os estudos, projetos, pareceres, laudos e especificações a serem desenvolvidos pela licitante vencedora.

9.1.14 Providenciar junto ao CREA e/ou CAU, conforme o caso, as ART's e/ou RRT's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei n.º 6.496/77 e da Lei nº. 12.378/10, arcando com as despesas de registro e quitação de todas as ART's ou RRT's que se fizerem necessárias obter.

9.1.15 Comunicar a Prefeitura Universitária, imediatamente após a assinatura do contrato, o início da execução dos trabalhos, solicitando a designação de fiscalização para acompanhamento do mesmo.

9.1.16 Ao final dos serviços, os responsáveis técnicos do licitante vencedor deverão transferir à UFLA os direitos de propriedade industrial sobre todos os projetos desenvolvidos, o que tornará possível copiá-los, alterá-los ou adaptá-los sempre que esta Instituição entender de sua conveniência. Contudo, a transferência não significa a descaracterização de responsabilidade técnica sobre os projetos originais por parte dos profissionais do licitante vencedor.

9.1.17 Responder pelos erros e omissões de elaboração do objeto contratado, quando esse provocar danos na execução ou após sua execução, conforme legislação correspondente.

9.1.18 Comunicar imediatamente, por escrito, à UFLA todas as ocorrências anormais verificadas na elaboração dos projetos e, no menor espaço de tempo possível, reduzir a termo as comunicações verbais, acrescentando todos os dados e circunstâncias necessários para elucidação dos fatos.

9.1.19 Refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com estabelecido neste Edital e nos Anexos que o integram, e os que apresentarem, de acordo com a legislação aplicada, defeitos, vício ou incorreções.

9.1.20 Submeter à aprovação da Comissão de Fiscalização e à Prefeitura Universitária, o(s) nome(s) e o(s) dado(s) demonstrativo(s) da respectiva capacidade técnica do responsável técnico que, porventura, venha a substituir o originalmente indicado.

9.1.21 Manter, durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Tomada de Preços.

9.1.22 Fornecer à **UFLA**, juntamente com a Nota Fiscal, relatório de execução dos serviços, contendo registro detalhado de todo o trabalho realizado na etapa.

9.1.23 Não veicular e/ou comercializar os produtos gerados em virtude da prestação dos serviços contratados.

9.1.24 Efetuar o registro do contrato, da empresa e dos profissionais competentes (visto) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/MG ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/MG, conforme for o caso, cumprindo-se o disposto nas legislações vigentes.

9.1.25 Executar os serviços em conformidade com o especificado no Edital e nos seus Anexos e legislações vigentes.

9.1.26 Atender a todas as solicitações realizadas pela UFLA, no que concerne a ajustar projetos, orçamentos, cronogramas e o que for necessário a

qualquer momento e com o máximo de presteza e brevidade, inclusive após o aceite definitivo do objeto.

9.1.27 Não parcelar a entrega de projetos de um mesmo item, ou seja, só será aceita, pela UFLA, a entrega integral dos projetos correspondentes a cada item que o licitante sagrar-se vencedor.

9.1.28 Responsabilizar-se integralmente pelas despesas oriundas de frete da entrega dos projetos.

## 10. AVALIAÇÃO DO CUSTO

10.1 O custo total estimado para a execução do objeto pleiteado é de R\$ 46.800,83 (quarenta e seis mil e oitocentos reais e oitenta e três centavos), conforme consta na Tabela 1.

10.2 O custo estimado para contratação foi apurado mediante preenchimento de planilha de custos e formação de preços supra, baseado na média aritmética simples de pesquisas de preços praticados no mercado em contratações similares.

10.3 As Súmulas nº 254 e nº 258 do TCU trazem as diretrizes acerca da composição dos custos do serviço de engenharia, respectivamente:

10.3.1 “O IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica – e a CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – não se consubstanciam em despesa indireta passível de inclusão na taxa de Bonificações e Despesas Indiretas – BDI do orçamento-base da licitação, haja vista a natureza direta e personalística desses tributos, que oneram pessoalmente o contratado”.

Item	Unidade	Qtde	Empresa 1		Empresa 2		Empresa 3		BDI Médio (%)	Média dos preços (sem BDI)	Média dos preços (com BDI médio)
			Proposta (R\$)	BDI (%)	Proposta (R\$)	BDI (%)	Proposta (R\$)	BDI (%)			
1	Unidade	1	30.869,15	24,49	40.580,00	23,24	42.090,00	23,24	23,66	37.846,38	46.800,83
										<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 46.800,83</b>
Empresas		CNPJ		Nome da empresa							
Empresa 1		11.687.366/0001-05		PGC Automação, reformas e decoração de interiores LTDA EPP							
Empresa 2		07.761.644/0001-41		Construtora Cavallari LTDA EPP							
Empresa 3		66.679.697/0001-87		Fábrica Civil Engenharia de Projetos S/S - EPP							

**Tabela 1 Preço de Referência - Avaliação do Custo**

10.3.2 “As composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicados mediante uso da expressão ‘verba’ ou de unidades genéricas.”

10.3.3 A referência da composição do BDI a ser utilizada no certame encontra-se em consonância com disposto pelo TCU e está disponível no Anexo XI do Edital.

10.4 Ainda com relação ao orçamento esclarecemos:

10.4.1 Os preços unitários da planilha são referenciais e correspondem ao custo de cada serviço;

10.4.2 Estão incluídos nos custos de cada serviço: material + mão de obra + encargos sociais.

10.5 A taxa de BDI poderá ser acrescida no valor do custo de cada serviço ou destacado no final da planilha. No primeiro caso, o valor deverá ser informado no cabeçalho da planilha.

## **11. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

11.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do instrumento, devendo ser exercidos por uma Comissão especialmente designada pelo Reitor, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93, permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

11.2 O serviço deverá ser fiscalizado por pessoal credenciado e capacitado.

11.3 A autorização para início da execução dos serviços será efetivada a partir da data de assinatura do contrato.

11.4 Todos os trabalhos deverão ser executados por mão de obra qualificada, devendo o licitante vencedor estar ciente das normas técnicas da ABNT, correspondentes a cada um dos serviços constantes das Especificações Técnicas.

11.5 O licitante vencedor ficará obrigado a executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da UFLA.

11.6 Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pelo licitante vencedor, desconhecimentos, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições do Edital e seus Anexos, do Contrato, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes. A existência e a atuação da Comissão de Fiscalização em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva do licitante vencedor no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre em conformidade com o contrato, o Código Civil, a Legislação Trabalhista e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes ao Município, ao Estado e à União.

11.7 A Comissão de Fiscalização se reserva o direito de recusar, no todo ou em parte os serviços que estiverem em desacordo com o disposto no Edital e nos Anexos que o integram. Todos os projetos fora das especificações técnicas, de má qualidade ou em desacordo com a proposta poderão ser recusados pela Comissão de Fiscalização, independentemente de aviso ou notificação prévia.

11.8 A omissão de qualquer procedimento técnico, ou normas neste ou nos demais documentos técnicos, nos projetos, ou em outros documentos contratuais, não exime o licitante vencedor da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas preconizadas para os trabalhos, respeitando os objetivos básicos de funcionalidade e adequação dos resultados, bem como todas as normas da ABNT vigentes e demais normas pertinentes.

11.9 O licitante vencedor não poderá executar qualquer serviço que não seja autorizado, salvo aqueles que se caracterizem notadamente como de emergência.

11.10 O licitante vencedor deverá indicar um preposto para, se aceito pela UFLA, representá-lo na execução do contrato.

11.11 Quaisquer exigências da Comissão de Fiscalização, inerentes ao objeto contratual, deverão ser prontamente atendidas pelo licitante vencedor, sem ônus para a UFLA.

11.12 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Comissão de Fiscalização deverão ser solicitadas ao agente público competente, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 O atraso injustificado na execução dos serviços ou o descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato sujeitará o licitante vencedor às multas previstas neste Item, sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente.

12.2 Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, o licitante vencedor ficará sujeito, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação ou descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às sanções que se seguem:

### **12.2.1 Advertência:**

12.2.1.1 A advertência será aplicada por meio de comunicação escrita, para faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

12.2.1.2 A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços, a critério da Administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

12.2.2 Multa:

12.2.2.1 O atraso injustificado em qualquer etapa da prestação do serviço sujeitará o licitante vencedor multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso até o limite máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato. Atingido este limite, e a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

12.2.2.2 No caso de inexecução total da obrigação assumida sujeitará o licitante vencedor multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, descontado o percentual aplicado no subitem acima.

12.2.2.3 Para os demais descumprimentos das obrigações estabelecidas no Contrato e nos seus Anexos, bem como a recidiva advertência, sujeitará o licitante vencedor multa de 0,1% a 0,5% (zero vírgula um a zero vírgula cinco por cento), a critério da Administração, por ocorrência sobre o valor remanescente do contrato.

12.2.3 Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a UFLA, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração da UFLA pelos prejuízos resultantes.

12.2.5 A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação das multas previstas. As sanções estabelecidas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

12.2.6 Pelos motivos que se seguem, principalmente, o licitante vencedor estará sujeito às penalidades tratadas acima:

12.2.6.1 Pela recusa injustificada em assinar o contrato, exceto aos licitantes convocados nos termos do § 2º do art. 64 da Lei nº 8.666/93;

12.2.6.2 Pela não apresentação da garantia;

12.2.6.3 Pelo atraso no início da execução dos serviços, em relação ao prazo proposto e aceito;

12.2.6.4 Pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos no Contrato;

12.2.6.5 Pelo descumprimento de alguma das cláusulas e dos prazos estipulados no Edital, seus anexos e em sua proposta.

12.2.7 Além das penalidades citadas, o licitante vencedor ficará sujeito, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da UFLA e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

12.2.8 Comprovado o impedimento ou reconhecida à força maior, devidamente justificado e aceito pela UFLA, em relação a um dos eventos arrolados no item 12.2.6, o licitante vencedor ficará isento das penalidades mencionadas.

12.2.9 As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração da UFLA poderão ser aplicadas ao licitante vencedor juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

### **13. DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO**

13.1 Os projetos deverão ser desenvolvidos em softwares específicos de projetos, equivalente a CAD e/ou BIM, e suas plantas entregues nos formatos ABNT, impressas em papel branco com gramatura mínima de 90 (noventa) gramas, datadas e assinadas pelo autor do projeto, e em meio digital (CD-ROM), arquivos com extensões DWG e PDF .

13.2 O Memorial Descritivo, Especificações Técnicas de materiais, equipamentos e serviços deverão ser elaborados e entregues de forma impressa em papel branco, de tamanho A4, que permita cópias, com todas as folhas numeradas, tituladas, datadas e assinadas pelo autor do projeto, juntamente com meio digital (CD-ROM), arquivos com extensão DOC ou DOCX e PDF.

13.3 O orçamento detalhado para execução dos serviços deverá ser elaborado e entregue de forma impressa em papel branco, de tamanho A4, que permita cópias, com todas as folhas numeradas, tituladas, datadas e assinadas pelo autor do projeto, juntamente com meio digital (CD-ROM), arquivos com extensão XLS ou XLSX e PDF.

13.4 Todos os projetos deverão ser elaborados seguindo os padrões de apresentação gráfica da ABNT.

13.5 Todos os projetos e demais documentos impressos deverão ser enviados à UFLA às expensas do licitante vencedor, observando-se rigorosamente os prazos contratuais, quantas vezes se fizer necessário, ainda mais em se tratando de correções necessárias em virtude de equívocos nos mesmos.

13.6 A Comissão de Fiscalização deverá lavrar termo circunstanciado de recebimento provisório, assinado pelas partes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da comunicação por escrito da conclusão do objeto, pelo licitante vencedor.

13.7 A Comissão de Fiscalização examinará o trabalho executado, verificando o fiel cumprimento das leis, das cláusulas do Contrato e de seus Anexos, do Projeto Básico, e fará constar do termo de recebimento provisório todas as deficiências encontradas, que o licitante vencedor deverá sanar em prazo determinado pela Comissão de Fiscalização, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

13.8 Comprovado o saneamento das deficiências anotadas e a adequação do objeto aos termos contratuais, a Administração emitirá, em prazo inferior a noventa dias, contados da comunicação por escrito da conclusão pelo licitante vencedor, termo circunstanciado de recebimento definitivo do objeto, assinado pelas partes.

13.9 Os serviços somente serão considerados concluídos e em condições de serem recebidos, após cumpridas todas as obrigações assumidas pelo licitante vencedor e atestada sua conclusão pela Comissão de Fiscalização da UFLA.

### **14. DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 O Edital e seus Anexos estabelecem as condições técnicas mínimas a serem obedecidas na execução dos serviços, fixando os parâmetros mínimos a serem atendidos para materiais, serviços e equipamentos que constituirão parte integrante dos contratos de obras e serviços a serem licitados pela Universidade.

14.2 Todos os serviços deverão ser executados rigorosamente em consonância com o Edital e seus Anexos, com as técnicas da ABNT e Legislações Federal, Estadual, Municipais vigentes e pertinentes.

14.3 Antes do início dos serviços, qualquer alteração que seja devidamente comprovada a sua necessidade, esta deverá ser apresentada para aprovação da UFLA, observada a legislação vigente.

14.4 Para fins de comprovação de capacidade técnica operacional os licitantes deverão apresentar atestado de capacidade técnica compatível e referente às características e quantidades do objeto licitado, que comprove que o licitante prestou serviços de mesma natureza ou equivalente. O atestado deverá ter, no mínimo, 40% das áreas de cada item.

Lavras, 29 de fevereiro de 2016.

GLAUCO PEROBELLI COSTA  
Arquiteto e Urbanista  
CAU A107306-0  
Prefeitura Universitária  
Pró-Reitora de Planejamento e Gestão  
Universidade Federal de Lavras